



ACÓRDÃO Nº1433/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11376/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Atalaia do Norte.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Renato do Nascimento Tenazor (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4824/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Atalaia do Norte. Exercício de 2020.

Revelia. Irregularidade. Multa. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Considerar revel o Sr. **Renato do Nascimento Tenazor**, nos termos do §4º do art. 20 da lei n. 2.423/96;

10.2. Julgar irregular as contas do Sr. **Renato do Nascimento Tenazor**, Presidente da Câmara Municipal de Atalaia do Norte, exercício de 2020, conforme Fundamentação do Relatório/Voto;

10.3. Aplicar Multa de R\$ 11.947,60 (onze mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos) ao Sr. **Renato do Nascimento Tenazor**, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** na esfera estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE", pelo atraso no envio dos balancetes mensais, via sistema e-Contas, referentes aos meses de março a setembro de 2020 (Restrição 1 apontada pela DICAMI), no valor



ACÓRDÃO Nº1433/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oito centavos) para cada mês enviado com atraso, com base no art. 54, I, “a”, da lei n. 2423/96, c/c art. 308, I, “a”, da Resolução n. 4/02 – TCE/AM, conforme Fundamentação do Relatório/Voto.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Aplicar Multa de R\$ 13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro e trinta e nove centavos) ao Sr. **Renato do Nascimento Tenazor**, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** na esfera estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em razão das dos atos praticados com grave infração à norma legal constantes na Fundamentação do Relatório/Voto (restrições 2, 3, 4.1, 4.2 apontadas pela DICAMI, e achado 1 identificado pela DICREA), com base no art. 54, VI da lei n. 2423/96, c/c art. 308, VI, da Resolução n. 4/02 – TCE/AM.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Aplicar Multa de R\$ 3.413,60 (três mil, quatrocentos e treze reais e



ACÓRDÃO Nº1433/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

sessenta centavos) ao Sr. **Renato do Nascimento Tenazor**, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** na esfera estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, pelo atraso no envio do Relatório de Gestão Fiscal do 1º e 2º semestres de 2020, via sistema e-Contas, (achado 2 apontado pela DICREA), no valor de R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) para cada semestre em atraso, com base no art. 54, I, “c”, da lei n. 2423/96, c/c art. 308, I, “c”, da Resolução n. 4/02 – TCE/AM, conforme Fundamentação do Voto.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas – IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.6. Dar ciência ao interessado, Sr. **Renato do Nascimento Tenazor**, acerca do Relatório/Voto e do decisório superveniente; e

10.7. Arquivar os autos, expirados os prazos legais.

11- Ata: 32ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Agosto de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº1433/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral